



Claudia Inês Parellada

Introdução e conceitos

A Arqueologia é a ciência que busca o resgate e a interpretação do passado através de vestígios da cultura material, como instrumentos em pedra e cerâmica, pinturas e gravuras em abrigos e cavernas, além de traços de casas, aldeias, fogueiras e sepultamentos dos mais diversos povos. No Paraná existem várias áreas onde ocorrem esses vestígios de populações humanas mais antigas, e quando existe concentração destes materiais denomina-se o local de sítio arqueológico. Geralmente, quando o solo é remexido, como por exemplo na abertura de uma nova estrada ou ao passar o arado para plantar, surgem em meio à terra pontas de flecha, fragmentos cerâmicos e ossos, e assim vários sítios arqueológicos foram descobertos.

O estudo do conjunto de evidências dos antigos povos, em meio à paisagem, possibilita compreender como eles viviam, que tipo de alimentos preferiam e as formas como sepultavam os mortos, entre muitas outras atividades. O trabalho do arqueólogo assemelha-se ao de um detetive, que com poucas pistas precisa recuperar aspectos do cotidiano de um grupo humano.

A Arqueologia paranaense pode ser dividida em pré-colonial e histórica. Os sítios históricos são as ruínas e vestígios da cultura material relacionados à ocupação européia e lusobrasileira, dos séculos XVI a XX, no território atualmente compreendido pelo Paraná.

Os diversos sítios arqueológicos com características semelhantes, para serem mais facilmente compreendidos, foram classificados em tradições. O termo tradição não é adotado por todos os arqueólogos brasileiros, mas ainda pode ser considerado o mais utilizado na discussão dos diferentes dados regionais. No Paraná há tradições relacionadas a povos caçadores-coletores, deno-

minadas Paleoíndios, Umbu e Humaitá; à coleta litorânea, representadas pelos sambaquis; e a agricultores e ceramistas, como a Itararé-Taquara e a Tupiguarani. Para as pinturas e gravuras rupestres, representações simbólicas, têm-se as tradições Planalto e Geométrica.

Para ajudar na sua proteção o patrimônio arqueológico foi incluído na Constituição Federal Brasileira de 1988 como parte do patrimônio cultural nacional. No artigo 20, inciso X, as cavernas naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos são declarados bens da União.

Para realizar pesquisas arqueológicas no Brasil é preciso observar a legislação vigente, como a lei nº 3924 de 1961, que dispõe sobre os locais pré-históricos e históricos, e a resolução 1 de 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que prevê estudos arqueológicos em áreas de construção de grandes obras, para diminuir os impactos neste rico acervo. A portaria número 7 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de dezembro de 1988, define os critérios para permissões de pesquisas arqueológicas e temas relacionados, aprofundados em 2002 com a portaria 230 do mesmo órgão.

A portaria 230, de 17 de dezembro de 2002, estabelece a exigência de estudos de impacto nos vestígios arqueológicos nas três fases da licença ambiental (prévia, de instalação e de operacionalização) em obras potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Uma mudança nesta portaria tornou essencial a execução de programas de educação patrimonial associados às pesquisas. Com isso, os arqueólogos passaram a ter responsabilidades que incluem não somente a produção das informações científicas, mas também o envolvimento da comunidade na gestão do patrimônio.

Arqueologia dos Campos Gerais

As primeiras evidências de povoamento em território paranaense remontam a cerca de 10.000 anos atrás, e estão relacionadas tanto a sambaquieiros fluviais no vale do Rio Ribeira (Collet 1985), como a grupos caçadores-coletores da Tradição Umbu no vale do baixo Rio Iguaçu (Parellada 2005) e no médio Rio Tibagi.

Entretanto, possivelmente já entre 12.000 e 15.000 anos atrás, nos territórios compreendidos pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como no nordeste da Argentina, surgiam grupos caçadores-coletores.

Até cerca de 10.000 anos atrás predominava vegetação de campos nos planaltos da região, dominados por clima mais seco e frio que o atual. Matas com araucária provavelmente se restringiam a vales fechados e protegidos.

Pesquisas anteriores na área dos Campos Gerais evidenciaram a existência de vários sítios arqueológicos, sendo que a região foi inicialmente ocupada, segundo os estudos atuais, por povos nômades das tradições Paleoíndios e Umbu, que viviam essencialmente da caça de animais e da coleta de frutos e mel, com sítios com idade de cerca de 10.000 anos (Parellada 2005; observar Tabela 17.1 e Figuras 17.1 e 17.2).

Os **Paleoíndios** são representados por sítios com grandes pontas de projéteis pedunculadas e foliáceas, além de grande variedade de raspadores, elaborados principalmente sobre lascas, microlascas e lâminas, muitos deles confeccionados em sílex. Estão relacionados a um ambiente mais frio e seco

que o atual, com as populações adaptadas a clima, vegetação e fauna diferenciados dos atuais. Havia então caça da megafauna, animais de grande porte extintos há cerca de 10.000 anos atrás.

Com o clima tornando-se mais quente e úmido, há cerca de 7.000 anos atrás, ampliou-se a quantidade de sítios arqueológicos relacionados a tradições tecnológicas de caçadores-coletores, em distintos ambientes naturais: a Tradição Umbu em áreas mais abertas, de campos e cerrados; a Tradição Humaitá em regiões de floresta densa; os sambaquis na costa litorânea e no médio Ribeira.

Os caçadores-coletores da **Tradição Umbu** são reconhecidos através da caracterização de acampamentos temporários abandonados com vários instrumentos em pedra, a maioria pequenas lascas, associados a muitas pontas de projéteis. Os Umbu ocupavam tanto abrigos quanto áreas abertas. Existem locais que foram habitados por mais de um período, e alguns eram apenas pouso e esconderijo de caça, revelando poucos materiais. Geralmente habitavam áreas altas, em topos de colinas e morros com destaque na paisagem. Ocasionalmente ocupavam as proximidades de córregos e rios. No Paraná ocorrem na Serra do Mar, no litoral e nos vales dos rios Tibagi, Ribeira, Iguaçu, Ivaí, Itararé e Paranapanema.

Os instrumentos de pedra característicos são pontas de projétil pedunculadas, triangulares, foliáceas, de formas e dimensões variadas (Figura 17.3), lascas, raspadores, furadores e percutores, talhadores, buris, grandes bifaces, lâminas polidas de machado, polidores e picões.

Nos Campos Gerais já foram estudados

Tabela 17.1: Periodização arqueológica na região dos Campos Gerais.

Arqueologia	Período inicial de ocupação	Grupos	Tradições
Pré-Colonial	10.000 anos atrás	Caçadores-coletores	Paleoíndios
			Umbu
	Humaitá		
	4.000 anos atrás	Pinturas e gravuras rupestres	Planalto
			Geométrica
2.000 anos atrás	Agricultores-ceramistas	Itararé-Taquara	
			Tupiguarani
Histórica	Século XVI	europeus, jesuítas, índios contactados, membros de expedições de conquista, tropeiros, imigrantes	Neobrasileira



Figura 17.1: Vista do Abrigo do Pontão, município de Sengés.



Figura 17.2: Pinturas rupestres de cervídeos no Abrigo Usina São Jorge, município de Ponta Grossa.



Figura 17.3: Pontas de projéteis relacionadas à Tradição Umbu.

vários sítios Umbu, sendo alguns caracterizados como abrigos-sob-rocha e cavernas, principalmente na área de afloramento do Arenito Furnas.

No Abrigo Cambiju, situado na margem esquerda do Rio Quebra-Perna, foram escavados vestígios entre 0,5 e 1,0 m de profundidade, tais como pontas de projétil, percutores, quebra-cocos e lâminas de machado lascadas, principalmente em silexito (Chmyz 1976). Outro abrigo arenítico, o Morro do Castelo, também localizado no município de Ponta Grossa, apresenta materiais deste tipo entre 1,2 e 1,6 m de profundidade.

No Abrigo do Pontão, situado em Sengés, encontrou-se material lítico, faunístico, cerâmica

Itararé-Taquara, ossos de 12 indivíduos (sete adultos e cinco crianças), além de pinturas geométricas em vermelho. Pode ter ocorrido mais de uma ocupação: a primeira por grupos Umbu e outra posterior pelos Itararé-Taquara, que teriam sepultado os mortos junto ao paredão de arenito.

No sítio arqueológico Cavernas de Morro Azul, situado em Ventania, foram identificados três diferentes períodos de ocupação: o mais antigo por povos Umbu e dois posteriores por ceramistas e agricultores Itararé-Taquara. Lá ocorre o maior conjunto de pinturas rupestres conhecido atualmente no Paraná, em arenitos e diamictitos do Grupo Itararé.

Também foram caracterizados sítios Umbu junto a locais de implantação das torres da linha de transmissão Bateias-Jaguariaíva, como o Abrigo Jaguariaíva 1, onde ocorrem também pinturas rupestres. Os instrumentos em pedra configuram uma indústria sobre lascas em diferentes rochas e minerais, tais como o silexito, o calcário silicificado, o quartzo cristal e o quartzito. Os retoques por pressão aparecem em pontas de projéteis, raspadores e facas. Além destes sítios, existem vários outros distribuídos pelos Campos Gerais, e que devem ser conservados através da ampliação de estudos na área, e da criação de um sistema de gerenciamento deste patrimônio arqueológico.

Os caçadores-coletores da **Tradição Humaitá** são caracterizados pela concentração de instrumentos grandes em pedra, muitos feitos com seixos e blocos, onde se destacam talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a muitas lascas. Trata-se de antigos acampamentos com habitações temporárias, onde se preparavam os alimentos, e geralmente se situavam em espaços abertos, próximos a cursos d'água.

Esses sítios concentram-se nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi e Paraná, que possuíam cobertura florestal. Existem dúvidas em relação a alguns sítios Humaitá, pois como a identificação baseia-se na presença de instrumentos em pedra, talvez parte represente apenas acampamentos de caça de grupos ceramistas.

No vale do Rio Tibagi, vestígios Humaitá aparecem no segundo nível do Abrigo Morro do Castelo, em Ponta Grossa, sendo grandes instrumentos confeccionados em seixos de diabásio e arenito silicificado (Chmyz 1976).

Há cerca de 4.000 anos atrás, com o clima tornando-se mais quente e úmido, as florestas com araucária já em expansão e as áreas de campos e

estepes diminuindo, aparecem os primeiros vestígios de horticultores e ceramistas em território atualmente compreendido pelo Paraná, os Itararé-Taquara; e há dois mil anos atrás já se têm assentamentos Tupiguarani (Parellada 2005).

Os ceramistas e agricultores da **Tradição Itararé-Taquara**, relacionados a antepassados de grupos indígenas da família lingüística Jê, são característicos das terras altas do sul do Brasil (Chmyz 1968). Esses povos habitaram áreas cobertas pela floresta subtropical com pinheiros no sul do Brasil, nordeste da Argentina e Uruguai, onde ocupavam vales de muitos rios, além de abrigos e cavernas (Parellada et al. 2006).

Nos Campos Gerais construíram estruturas parcialmente subterrâneas, que na época dos tropeiros eram chamados de “buracos de bugres”. Tinham usos variados: sepultamento, habitação ou armazenagem de alimentos. A dieta alimentar baseava-se fortemente na caça e coleta, como o pinhão, além do plantio de mandioca, milho e feijão, entre outros.

Os sítios arqueológicos Itararé-Taquara geralmente são paleo-aldeias cercadas por áreas de antigas roças. Algumas podem ser identificadas em imagens de satélite e em fotografias aéreas.



Figura 17.4: Fragmentos cerâmicos filiados à Tradição Itararé-Taquara.

A Tradição Itararé-Taquara é caracterizada por fragmentos cerâmicos pouco espessos, de vasilhas geralmente pequenas, com eventual engobo (fina camada de pintura) negro ou vermelho (Figura 17.4), ou mesmo carimbado ou marcado com tecido ou malha. O engobo negro consegue-se através do esfumamento: na queima do vasilhame, quando se torna rubro devido à temperatura, é colocado sobre palha de milho seca, e assim ocorre reação de combustão, onde o carbono adere intensamente à superfície do vasilhame que fica com uma película negra assemelhada a um verniz.

A argila usada para confeccionar a

cerâmica geralmente é cinza clara, retirada de várzeas de rios, e acrescida de antiplásticos, usados para diminuir a plasticidade da argila, como grãos de quartzo, hematita e feldspato. A técnica de manufatura dos vasilhames é a modelagem, ou por roletes de argila superpostos e depois alisados, ou ainda pela percussão de seixos em cones de argila, com queima quase sempre incompleta. As formas das vasilhas geralmente são cilíndricas, esféricas e ovais, e as bases planas, côncavas e convexas.

Os instrumentos em pedra característicos são mãos de pilão, lâminas de machado lascadas ou polidas, talhadores, raspadores e lascas. As matérias-primas mais usadas são o diabásio, o silexito, o calcário silicificado, o quartzo cristal e o quartzito.

As gravuras em rochas mapeadas no médio Rio Iguazu (Chmyz 1968) e parte das pinturas rupestres paranaenses são relacionadas a povos Itararé-Taquara. Nos Campos Gerais existem muitos sítios Itararé-Taquara estudados, como o Abrigo Morro do Castelo (Chmyz 1976), a Lapa Floriano (Blasi 1972) e em inúmeros locais identificados junto às áreas de construção de torres da linha de transmissão Bateias-Jaguariaíva.

Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e reduções jesuíticas do início do século XVI, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, como Elliot (1847), Keller e Keller (1865) e Bigg-Wither (1974), já foram recuperados inúmeros vestígios da Tradição Itararé-Taquara. Afinal, ela está diretamente relacionada aos Kaingang, Xokleng e ancestrais, chamados de Guaianás, Gualachos, Coroados, entre outros.

Há dois mil anos atrás aparecem em território paranaense os ceramistas da **Tradição Tupiguarani**, ancestrais de índios Tupi e Guarani, vindos da Amazônia. Eram agricultores, plantando especialmente a mandioca e outras variedades de milho, morando em aldeias circundadas por roças, geralmente com quatro a seis grandes habitações retangulares cobertas por palha. No interior das habitações costumavam sepultar os mortos em grandes vasilhames cerâmicos (Figura 17.5), onde também eram inseridos os objetos principais do morto, como lâminas de machado ou pequenas vasilhas.

Os sítios Tupiguarani ocorrem em quase todo o território paranaense, aparecendo com frequência nos vales dos rios Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguazu. As formas características das vasilhas



Figura 17.5: Vasilhame cerâmico da Tradição Tupiguarani, utilizado para sepultamento.

cerâmicas são as carenadas, com os ângulos similares às quilhas dos navios. Há muitas variedades de decoração, destacando-se as vasilhas com pintura de linhas geométricas em preto e vermelho sobre engobo branco, as corrugadas (as superfícies ainda úmidas das vasilhas eram decoradas com a polpa dos dedos), as corrugadas-unguladas (com as unhas e a polpa dos dedos) e as escovadas com sabugo ou palha de milho.

Os instrumentos em pedra mais comuns são lâminas de machado polidas ou lascadas, adornos labiais em forma de “T” (tembetás), lascas, raspadores, bifaces, polidores em canaleta e pingentes polidos perfurados.

Na Fazenda Monte Negro, situada em Pirai do Sul, coletou-se cerâmica Tupiguarani em meio a materiais tropeiros. Em Jaguariaíva, cadastrou-se o sítio Fazenda Conceição II. Poucos sítios Tupi-guarani foram cadastrados na área impactada pela construção da linha de transmissão Bateias-Jaguariaíva, geralmente associados a materiais históricos da Tradição Neobrasileira, e mesmo da Itararé-Taquara. A maioria dos sítios localizava-se em vales, ocorrendo nos municípios de Pirai do Sul e Jaguariaíva.

A existência de diversas aldeias de índios Guarani localiza-

das nos Campos Gerais é citada em documentos dos séculos XVI e XVII e em relatos de viagens no século XIX analisados por Nimuendaju (1981), entre outros.

Nos sítios arqueológicos históricos (comunidades espanholas, reduções jesuíticas, aldeias) há vestígios com características Tupiguarani e Itararé-Taquara, aparecendo alguns com influência européia, por exemplo com a presença de alças e bases planas. Assim é o material recuperado junto às ruínas da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo e da redução jesuítica de San Pablo del Iniaí.

Atualmente, no Estado do Paraná são conhecidos cerca de 70 abrigos e cavernas com pinturas rupestres, conforme estudos desenvolvidas desde 1954 por diferentes pesquisadores.

As **pinturas e gravuras rupestres** do Paraná enquadram-se em duas tradições: Planalto e Geométrica. A Planalto apresenta figuras pintadas geralmente em vermelho, e mais raramente em preto ou amarelo, quase sempre com animais associados a figuras humanas e sinais (Jorge et al. 2007). A Geométrica, como o próprio nome indica, caracteriza-se por apresentar sinais geométricos, quase não aparecendo outras representações. Nela estão reunidas as gravuras encontradas no Paraná no vale dos rios Iguazu e Paranapanema e parte das pinturas rupestres que ocorrem nos arenitos Furnas e Itararé, principalmente em sítios localizados no sul de São Paulo e norte paranaense (Figura 17.6).

No centro-leste do Paraná as pinturas geralmente têm cor marrom e/ou vermelha, raramente preta ou amarela, predominando as figuras de animais, como cervídeos em perfil, e pássaros tanto em perfil como de frente, ocorrendo mais



Figura 17.6: Círculo raiado, uma das pinturas rupestres do Abrigo Ponte do Rio Cajuru, município de Sengés.



raramente lagartos, cobras, batráquios e raros peixes. As figuras humanas aparecem pouco, às vezes associadas a animais e a sinais geométricos. Existem várias representações de animais enfileirados e associados a grades, além de cena de pesca. Em vários desses sítios caracteriza-se a superposição de pinturas geométricas abstratas mais recentes, geralmente em vermelho, caracterizadas por sucessões de pontos e grades, sobre figuras de animais e humanas. Como exemplo tem-se alguns painéis do Abrigo Floriano, no Parque Estadual do Guartelá. Alguns sítios possuem figura geométrica emblemática relacionada a esses pontos, o que é importante na caracterização de territórios pré-coloniais. Alguns conjuntos de figuras geométricas, mais recentes, destacam-se pela conservação.

No Abrigo Jaguariaíva 1 podem ser observadas duas fases de pinturas de animais, em vermelho e marrom. A mais antiga caracteriza-se pela pintura chapada, com animais pequenos, muitas vezes enfileirados. A mais recente mostra silhuetas de animais, principalmente cervídeos, isolados. Entretanto, em outros sítios parece haver contemporaneidade dessas pinturas.

No nordeste paranaense, principalmente em Sengés e Jaguariaíva, existem muitos abrigos com pinturas onde a maioria das representações é geométrica, predominando círculos, raiados ou não, traços e pontos, pouco aparecendo sinais complexos. A cor alterna-se entre o vermelho e o marrom e as pinturas localizam-se junto a paredes e tetos dos abrigos, situados no topo de escarpas, nas proximidades das quebras de relevo. Uma grande parte das pinturas já foi danificada por ação antrópica, seja através de riscos ou fraturas e até por picaretas.

Nessa região há abrigos com pinturas que foram escavados, como o da Janela, em Sengés, caracterizado como um sítio-acampamento Itararé-Taquara, datado em cerca de 1.800 anos atrás. No Abrigo do Pontão houve pelo menos duas ocupações: a mais antiga por grupos Umbu, e a mais recente por povos Itararé-Taquara, os quais sepultaram os mortos junto ao paredão de arenito. As pinturas são principalmente representações em vermelho, geométricas, aparecendo círculos e traços junto a sinais complexos, com muitos traços associados.

As gravuras rupestres no Paraná localizam-se principalmente nas margens do Rio Iguaçu e no vale do Paranapanema, e parecem estar relacionadas à Tradição Geométrica. As gravuras ocorrem

em áreas de afloramentos de basaltos e andesitos da Formação Serra Geral, de arenitos e conglomerados da Formação Furnas e de arenitos e diamictitos do Grupo Itararé.

Em algumas gravuras observam-se vestígios de pigmentos intemperizados, ou seja, parte das gravuras era pintada, ou havia pinturas associadas a elas. Como as gravuras geralmente ocorrem em afloramentos de rocha a céu aberto, elas são mais susceptíveis ao intemperismo.

Em Jacarezinho, norte do Paraná, Robrahn-González (1995) cadastrou um abrigo com gravuras rupestres, em bloco testemunho do Arenito Furnas. Nessas gravuras, em baixo relevo, predominam tridígitos, ocorrendo também traços cruzados em “X”, estrelas, traços paralelos verticais cortados por paralelos horizontais, losangos e “zigzagues”.

A **arqueologia histórica** dos Campos Gerais compreende os diversos vestígios deixados pelas diversas populações que habitaram a região a partir do século XVI, e onde existe documentação escrita. Nas proximidades da região de estudo existiam ramais do caminho indígena do Peabiru, que posteriormente nos séculos XVII a XIX foram reaproveitados pelos colonizadores que transitavam naquela região (Maack 1968; Nimuendaju 1981).

Em 1554, os espanhóis iniciaram a colonização da Província do Guairá, que abrangia praticamente todo o interior do Paraná, inclusive o vale do Tibagi. Fundaram-se três cidades: Ontiveros e Ciudad Real del Guairá, no vale do Paraná, e Villa Rica del Espiritu Santo, primeiro no vale do Rio Piquiri e depois transferida para junto do Ivaí. A partir de 1610, visando diminuir a resistência indígena, a coroa espanhola fomentou a criação de 15 reduções jesuíticas no Guairá, para a efetiva conquista deste território.

No vale do Tibagi foram fundadas quatro reduções: San Francisco Javier, em 1622, Nuestra Señora de Encarnación e San José, em 1625, e San Miguel, em 1627. Estas reduções, em sua maioria, eram formadas sobre antigas aldeias Guarani e Jê (Montoya 1985).

A duração destas reduções foi curta, pois já em 1631 todas elas haviam sido destruídas pelos bandeirantes paulistas, que capturavam índios para trabalhos escravos. Parte destas reduções tem localização incerta, tendo-se apenas aproximações de onde deveriam situar-se.

Os bandeirantes, apesar de destruírem as



idades espanholas (até 1632) e as reduções jesuítas da Província del Guairá, continuaram transitando por aquela região para capturar índios, indo até o sul do Rio Uruguai. Maack (1968) observa que as bandeiras de Francisco Bueno, em 1637, e de Fernão Dias Paes Leme, de 1638 a 1661, atravessavam os planaltos do Paraná, subindo pelo vale do Ribeira e transpondo os Campos Gerais para atingir as nascentes do Tibagi, dirigindo-se para o sul além do Iguaçu.

Nos séculos XVIII e XIX o território paranaense era cortado pelos caminhos das tropas. O mais antigo era o que vinha de Viamão e se dirigia a Sorocaba (ver também o capítulo 18 deste livro). Assim, ao longo destas estradas podem ser encontrados sítios arqueológicos dos séculos XVIII ao XIX, relacionados aos pousos de abastecimento e descanso de tropas, e ainda a fazendas de invernadas. O caminho das tropas entre os Campos Gerais e a Província de São Paulo denominava-se Estrada da Mata, e ao longo dela surgiram diversas vilas que originaram as cidades da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva. Em 1772 existiam vinte e nove grandes fazendas entre os rios Pitangui, em Ponta Grossa, e Itararé, na atual divisa com o Estado de São Paulo.

Nestas fazendas, como a Fortaleza, Capão Alto, Monte Alegre e muitas outras, eram construídas edificações em madeira, taipa e alvenaria de pedra, que atualmente se constituem em importantes sítios arqueológicos históricos. Na localidade de Rodeio do Alho, Fazenda Monte Negro, situada no município de Piraí do Sul, existem ruínas em pedra de pousada de tropeiros, estudadas, em 1985, por técnicos do Museu Paranaense e do IPHAN.

Escravos fugidos de algumas fazendas de invernadas ao longo do caminho das Tropas formaram antigos quilombos na região entre o Tibagi e o Ribeira. Um exemplo é a sede da Fazenda Capão Alto, que de 1774 a 1864 torna-se um refúgio com cerca de 200 escravos.

Em 1765, o governador da Província de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, toma posse e inicia uma série de expedições aos sertões do Ivaí, Tibagi e Iguaçu. Além das expedições militares oficiais houve algumas “científicas”, que se intensificaram a partir da chegada da Família Real no Brasil. O Caminho das Tropas, entre o final do século XVIII e o início do século XX, é alvo de vários exploradores, viajantes e naturalistas. Como, por exemplo, em 1820, o naturalista Saint-Hilaire (1978), que viaja a Curitiba,

vindo da Província de São Paulo por Itararé, atravessando os Campos Gerais. Em 1827, o pintor Debret registrou aspectos das vilas de Castro, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, entre outras.

No século XIX as viagens de exploradores e naturalistas europeus foram complementadas por outros especialistas, como engenheiros e geólogos do Governo Imperial (ver capítulo 3 deste livro). No sul do Brasil, o Barão de Antonina encarrega Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot de realizarem viagens aos sertões do Paraná e Mato Grosso, entre 1844 e 1848.

As explorações oficiais realizadas na segunda metade do século XIX tinham o propósito, muitas vezes, de estudar a possibilidade de implantação de vias de comunicação a locais de difícil acesso, preocupação estimulada com a Guerra do Paraguai.

Os relatos etnográficos e de viajantes sobre essa região descrevem a presença de várias aldeias Guarani e Kaingang até o século XIX (Nimuendaju 1981, Mota 1998).

Devido ao isolamento geográfico do sul do país, o governo brasileiro construiu uma ferrovia entre São Paulo e Rio Grande, interligando os sistemas ferroviários já existentes. Assim, os Campos Gerais, incluindo a região de Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ponta Grossa e União da Vitória acabam recebendo um grande impulso de desenvolvimento, com a inauguração, em 1908, desta ferrovia.

Conclusões e recomendações

Nesta síntese sobre a arqueologia dos Campos Gerais pode-se perceber a diversidade de populações que já ocuparam esta região, e dos raros dados disponíveis que se tem sobre elas. Assim, existe a necessidade da realização de um maior número de pesquisas arqueológicas, para aumentar a compreensão sobre a pré-história e a história do Paraná, e diminuir os impactos que as interferências antrópicas podem causar no registro de nossa memória.

Pode-se perceber a existência de muitos sítios com arte rupestre no Paraná, porém com poucas informações contextualizadas e datadas, que poderiam permitir uma análise mais detalhada e a conseqüente definição de territórios, e mesmo da complexidade das culturas e suas relações.

Desta forma, é fundamental a realização de levantamentos mais amplos e escavações sistemá-

ticas em mais sítios, que possam melhorar a compreensão e reconhecimento dos conjuntos culturais e sua cronologia, bem como a sucessão e a diversidade dos grupos pré-coloniais e históricos que ocuparam o território atualmente compreendido pelo Estado do Paraná.

A interpretação de fotografias aéreas e imagens de satélite pode colaborar no estudo e localização de sítios arqueológicos, bem como no monitoramento para a conservação das áreas.

Deve ser destacada a importância atual da arqueologia de resgate na captação de recursos para a realização das pesquisas arqueológicas no Brasil. Obviamente, com bom senso e ética é possível executar trabalhos de qualidade que possibilitem a criação e implantação de novas instituições com programas museológicos detalhados. Assim, a salvaguarda e comunicação dos vestígios recuperados na "arqueologia de resgate" estariam asseguradas.

Para identificar os pigmentos das pinturas rupestres do Paraná está se testando o uso de técnicas nucleares não destrutivas, como a fluorescência por raios X, em equipamento portátil. Busca-se,

desta forma, caracterizar os pigmentos, os fixadores, as técnicas de execução das pinturas e o grau de alteração, visando obter dados consistentes para propor medidas mais eficazes na conservação e gerenciamento dos sítios arqueológicos com pinturas.

Ainda um ponto a ser comentado é o grande número de abrigos com pinturas que está danificado devido ao vandalismo tanto por caçadores de tesouros, como por pessoas que riscam palavras sobre as pinturas e gravuras, bem como pela ação do gado, pois vários sítios estão em áreas de pastagem. Alguns painéis dos abrigos areníticos chegaram a ser destruídos com picaretas na busca de diamantes atrás das pinturas, que muitos garimpeiros acreditavam tratarem-se de sinais que marcavam o esconderijo das pedras. Afinal, o médio vale do Tibagi foi, desde o século XVIII, área de garimpo de diamantes.

É importante que se faça a implementação de um sistema de gerenciamento de sítios arqueológicos nos Campos Gerais, em convênio com o órgão federal responsável pela fiscalização do patrimônio arqueológico no Brasil, o IPHAN.

Referências Bibliográficas

- BIGG-WITHER TP. 1974. Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná, três anos em suas florestas e campos, 1872/1875. Rio de Janeiro: J. Olympio e Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- BLASI O. 1972. Cultura do índio pré-histórico. Vale do Iapó, Tibagi- PR. Arquivos do Museu Paranaense/ Nova Série Arqueologia, Curitiba, n.6.
- CHMYZI. 1968. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. Pesquisas: Antropologia, São Leopoldo, 18: 115-125.
- CHMYZI. 1976. Nota prévia sobre o sítio PR PG 1: abrigo sob rocha Cambiju. Estudos Brasileiros, Curitiba, 2: 231-246.
- COLLET GC. 1985. Novas informações sobre sambaquis fluviais no Estado de São Paulo. Arquivos do Museu de História Natural da UFMG, Belo Horizonte, n.10.
- ELLIOT JH. 1847. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itarere, Paranapanema e seus afluentes, pela Paraná Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do exmo. Sr. barão de Antonina. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.9, 1: 17-42.
- JORGE M, PROUSA, RIBEIRO L. 2007. Brasil rupestre: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros.
- KELLER J e KELLER F. 1865. Exploração dos rios Tibagi e Paranapanema. Extrato de Relatório ao Presidente de Província André Augusto de Pádua Fleury.
- MAACK R. 1968. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba: BADEP/ UFPR/ IBPT.
- MONTOYA PAR. 1985. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro.
- MOTALT. 1998. O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889). Assis: UNESP, Tese de doutorado, 531p.
- NIMUENDAJU CU. 1981. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro: Fundação IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória.
- PARELLADA CI. 2005. Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. São Paulo: Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, www.teses.usp.br, 271p.
- PARELLADA CI, CREMONEZE C, BATTISTELLI E, SARAIVA MP. 2006. Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes. Curitiba: Provopar Ação Social, 64p., www.artenossa.pr.gov.br.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ EM. 1995. A ocupação ribeirinha pré-colonial do médio Paranapanema. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo, 5: 99-116.
- SAINT-HILAIRE AB. 1978. Viagem à comarca de Curitiba (1820). São Paulo: Cia Editora Nacional.